

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Diário Popular*

Class.: *20 ONRQΦ121*

Data: *15.10.84*

Pg.: _____

Falta de verba prejudica programas da FUNAI

BRASÍLIA — A denúncia de que o Governo brasileiro só repassou à Fundação Nacional do Índio US\$ 6 milhões dos US\$ 26 milhões devidos para atender as áreas indígenas atingidas pelo Programa Polonoroeste foi rigorosamente analisada pela presidência do órgão juntamente com representantes da Sudeco, IBDF e Banco Mundial. Como resultado concreto a direção da Funai alterou a equipe da Coordenadoria de Projetos Especiais e, segundo fontes do órgão, isto poderá comprometer não só a execução dos programas implantados em 55 áreas indígenas como também as negociações que visavam estender os benefícios do Polonoroeste às 32 comunidades indígenas que serão atingidas com a construção da Rodovia Transacraana, extensão da BR-364 que ligará Porto Velho a Rio Branco.

AMEAÇA

A Transacraana é considerada, pelo Conselho Indigenista Missionário e pela Prelazia do Acre-Purus, uma séria ameaça à sobrevivência dos índios Kulina e Kaxinauh, habitantes da região do Alto Purus. Em documento elaborado pelo Bispo do Acre-Purus, dom Moacir Grechi e Regional do Cimi, a construção de estradas na Amazônia, que cortaram áreas indígenas, trouxeram inevitavelmente a dependência, a doença e a morte para grande parte das populações. Casos exemplares são os

Waimiri-Atroari, vítimas da estrada Manaus-Caracará, os Nhambiquara, ocupantes do Vale do Guaporé, hoje cortado pela BR-364. "Se a situação dos Kulina e Kaxinauh neste momento já é dramática, imagine se for construída a estrada Transacraana, quando os povos indígenas do Alto Purus estarão finalmente cercados e acucados por todos os lados", acentuam as entidades.

ASSISTÊNCIA

Enquanto os órgãos envolvidos na construção da rodovia planejavam atender apenas quatro comunidades indígenas, a Coordenadoria de Projetos Especiais negociava a assistência às 29 restantes, perfazendo um total de aproximadamente 4.700 índios. Esta assistência incluiria demarcação e regularização das terras, projetos nos setores de saúde, saneamento e educação, desenvolvimento de atividades produtivas (agropecuária).

ADVERTÊNCIA

No entanto estas negociações iniciadas ainda na administração do ex-presidente, Jurandy Marcos da Fonseca, foram interrompidas no decorrer da semana, com as alterações feitas na coordenadoria, criada em 1983. Fontes ligadas ao ex-presidente garantem que as modificações na CPE são estritamente de caráter pessoal e advertem que elas poderão comprometer a execução dos projetos que estão sob sua direção. Na semana anterior à saída de Jurandy, técnicos da FUNAI participaram de

uma reunião na Sudeco juntos com representantes da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, encarregada de avaliar a execução do Programa Polonoroeste. Nesta reunião, os participantes concluíram que a FUNAI foi impossibilitada de executar os trabalhos de demarcação das 55 áreas indígenas situadas entre o noroeste de Mato Grosso e Rondônia, em razão da falta de recursos.

RELATÓRIO

A razão foi o não cumprimento por parte do Governo do compromisso assumido com o Banco Mundial, como contrapartida ao financiamento de US\$ 600 milhões liberados para a construção da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). A consequência prática desta situação está contida no relatório "Problemas mais urgentes de terras na área do Polonoroeste", elaborado pela antropóloga Betty Mindlin. De acordo com o documento, durante os quatro anos de vigência do Polonoroeste (1981/84) apenas cinco áreas indígenas, das 55 existentes foram demarcadas com recursos do programa. Antes da implantação do programa, 12 áreas foram demarcadas. Falta concluir a demarcação do Vale do Guaporé, da área Utiariti dos índios Pareci e Tubarão e dos Aikana-Latundé. Dezesete áreas estão por demarcar, quatro foram arbitrariamente excluídas pelo Polonoroeste e 17 outras estão invadidas, por madeireiras e garimpeiros, pondo em risco a sobrevivência de 15 gru-

pos indígenas. Falta, portanto, demarcar 20 áreas, homologar por decreto, 30, retirar invasores de 17 e fazer o registro de 33 no Serviço de Patrimônio da União (SPU).

HOMOLOGAÇÃO

O Vale do Guaporé, onde vivem mais de 800 índios Nhambiquara, considerados os mais primitivos da América, deverá ter sua demarcação concluída no próximo dia 10 de novembro. A homologação dos trabalhos demarcatórios dependem de decreto presidencial, que deverá ser baixado com base em parecer do grupo de trabalho interministerial criado ano passado pelo Decreto 38.118.

PRESSÃO

No entanto, a homologação não é o que esperam grupos empresariais, cujas fazendas fazem divisa com o vale. Entre os grupos mais fortes estão o do ex-deputado Antônio Luiz Morimoto (PDS-SP), cuja fazenda invadiu mais de 30 mil hectares; do proprietário da Fazenda Maringá, Antenor Duarte; o Grupo Zilo Lorenzett, dono da Agropecuária Vale do Guaporé, superposta nas terras dos Wainairusu; do proprietário da Fazenda São Domingos, Hélio Pereira, antes ocupante das terras dos índios Waikissu e Alakateu. Fontes da FUNAI afirmam que estes empresários entre outros vêm pressionando o grupo de trabalho com o objetivo de impedir a homologação da demarcação do vale.